

Natália de Fátima Gonçalves Amâncio Karine Siqueira Cabral Rocha
(Organizadoras)



A FORMAÇÃO MÉDICA E OS DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO DE SAÚDE

Natália de Fátima Gonçalves Amâncio Karine Siqueira Cabral Rocha
(Organizadoras)



A FORMAÇÃO MÉDICA E OS DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO DE SAÚDE

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Biológicas e da Saúde**

Profª Drª Aline Silva da Fonte Santa Rosa de Oliveira – Hospital Federal de Bonsucesso

Profª Drª Ana Beatriz Duarte Vieira – Universidade de Brasília

Profª Drª Ana Paula Peron – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Camila Pereira – Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Cirênio de Almeida Barbosa – Universidade Federal de Ouro Preto

Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
 Profª Drª Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes
 Prof. Dr. Davi Oliveira Bizerril – Universidade de Fortaleza
 Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
 Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
 Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
 Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
 Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
 Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
 Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
 Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
 Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
 Prof. Dr. Guillermo Alberto López – Instituto Federal da Bahia
 Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
 Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
 Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr
 Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
 Prof. Dr. José Aderval Aragão – Universidade Federal de Sergipe
 Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
 Profª Drª Kelly Lopes de Araujo Appel – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal
 Profª Drª Larissa Maranhão Dias – Instituto Federal do Amapá
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Profª Drª Luciana Martins Zuliani – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
 Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Maurilio Antonio Varavallo – Universidade Federal do Tocantins
 Prof. Dr. Max da Silva Ferreira – Universidade do Grande Rio
 Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
 Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
 Profª Drª Sheyla Mara Silva de Oliveira – Universidade do Estado do Pará
 Profª Drª Suely Lopes de Azevedo – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Taísa Ceratti Treptow – Universidade Federal de Santa Maria
 Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
 Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Welma Emídio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

A formação médica e os desafios para a promoção de saúde

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadoras: Natália de Fátima Gonçalves Amâncio
 Karine Siqueira Cabral Rocha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
F723	<p>A formação médica e os desafios para a promoção de saúde / Organizadoras Natália de Fátima Gonçalves Amâncio, Karine Siqueira Cabral Rocha. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0808-6 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.086231101</p> <p>1. Promoção da saúde. I. Amâncio, Natália de Fátima Gonçalves (Organizadora). II. Rocha, Karine Siqueira Cabral (Organizadora). III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 610.7</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Este livro compreende uma coletânea de textos elaborados por diferentes autores acerca da *A Formação Médica e os Desafios para a Promoção de Saúde*. Os capítulos foram construídos a partir de um projeto científico elaborado para o Componente Curricular Habilidades de Informática III, do curso de Medicina do Centro Universitário de Patos de Minas –UNIPAM.

A coleção é uma obra que tem como foco principal a discussão teórica sobre as necessárias modificações na formação médica, impulsionadas a partir da instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina, articulando-a com a nova Promoção da Saúde.

Em razão da busca por novas formas de aprender e aplicar saúde e pela importância da integralidade do cuidado, a ciência tem avançado na ampliação da formação médica nos últimos tempos tanto para se alcançar a almejada Promoção da Saúde quanto para capacitar os futuros profissionais a atuarem de forma ativa nos determinantes sociais do processo saúde-doença, superando os gargalos atuais.

Elaborada com cuidado e sensibilidade, a coletânea aborda de forma clara e pontual questões delicadas e extremamente relevantes, vinculadas a formação generalista, humanista, crítico-reflexiva, pautada em princípios éticos, nos diferentes níveis do processo saúde-doença, visando à promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania.

Espera-se que esta obra possa contribuir para novos modelos formativos, uma atuação profissional inovadora, qualificada e humanizada nas ciências da saúde. Uma ótima leitura a todos!

Natália de Fátima Gonçalves Amâncio
Karine Siqueira Cabral Rocha

Os temas abordados nos capítulos do livro, buscam trazer a relevância de assuntos imprescindíveis na formação médica, como lidar com grupos vulneráveis desde a primeira infância, adolescência, gestantes e puérperas, transexuais, idosos. Trazem também a importância do cuidado com a saúde mental do próprio médico em formação, o reconhecimento dos saberes tradicionais, a dominância das mulheres na profissão médica e finaliza com a discussão dos desafios da Promoção da Saúde, que são inúmeros.

A iniciativa de compilar assuntos tão diversos retrata a própria natureza interdisciplinar e intersetorial da Promoção de Saúde, traz a diversidade da sociedade para as páginas do livro, dando voz a populações marginalizadas e estigmatizadas até então.

A promoção de saúde como política de saúde no Brasil, tem sido implementada de diferentes maneiras nas regiões brasileiras e tem possibilitado melhoria dos indicadores de saúde, promovendo maior engajamento comunitário, empoderamento e equidade.

O Sistema Único de Saúde brasileiro é sem sombra de dúvida a principal política de inclusão social e deve ser estudado, entendido e reconhecido como tal.

Redigir o prefácio de obra *A Formação médica e os Desafios da Promoção de Saúde* trouxe expectativas e esperança.

Expectativa por uma obra que se propõe a superar o modelo biomédico justamente na formação médica e que coloca a promoção da saúde como um eixo imperativo na busca de uma medicina cada vez menos cartesiana e cada vez mais centrada no ser humano integral, biopsicosocial.


Esperança por acreditar que a promoção de saúde como campo teórico e metodológico oferece um leque de abordagens para o ensino e a aprendizagem que podem auxiliar na formação diferenciada de profissionais de saúde.

Boa leitura!!

Mônica de Andrade
 Vice-presidente da União Internacional de Promoção de Saúde e
 Educação para a Saúde para América Latina (IUHPE/ORLA)


CAPÍTULO 1 1**A ATUAÇÃO MÉDICA NA PREVENÇÃO DE ACIDENTES EM PEDIATRIA**

Gabriela Tavares de Jesus
Andreza Luiza Souza Côrtes
Francis Jardim Pfeilsticker
Eliane Rabelo de Sousa Granja

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0862311011>


CAPÍTULO 2 12**A FORMAÇÃO DE NOVAS MÉDICAS NO BRASIL E O IMPACTO NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE**

Maria Fernanda Londe de Lima
Ranna Samara Fernandes de Resende
Maria de Fátima Silva Porto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0862311012>


CAPÍTULO 3 21**A FORMAÇÃO MÉDICA E OS DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO DE SAÚDE**

Júllia Cristina Silva
Mateus Lima Resende
Maura Regina Guimarães Rabelo
Natália de Fátima Gonçalves Amâncio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0862311013>

CAPÍTULO 430**A FORMAÇÃO MÉDICA HUMANIZADA E OS DESAFIOS NA PROMOÇÃO DE SAÚDE DA MULHER: PRÉ-NATAL E NASCIMENTO**

Samantha Stephany Silva Martins
Johnathan Camargo Borges Lima
Flávio Rocha Gil
Karine Cristine de Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0862311014>


CAPÍTULO 538**ABORDAGEM DA SEXUALIDADE DO IDOSO NA ATENÇÃO BÁSICA**

Caroline Mundim Tana
Fernanda Sousa Simões
Kelen Cristina Estavanate de Castro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0862311015>

CAPÍTULO 646**DESAFIOS DE PROMOVER SAÚDE NA TERCEIRA IDADE**


Maryelle de Oliveira Ferreira
Sarah Maria de Carvalho Andrade
Laís Moreira Borges Araujo
Luciano Rezende dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0862311016>

CAPÍTULO 754

DESAFIOS NA FORMAÇÃO MÉDICA PARA A PROMOÇÃO DE SAÚDE DE POPULAÇÕES VULNERÁVEIS


Anna Jhuliah Santin Franzon
Amanda Káren Alves Pereira
Adelaide Maria Ferreira Campos D'ávila
Thiago de Deus Cunha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0862311017>

CAPÍTULO 865

DESAFIOS PARA A MANUTENÇÃO DA SAÚDE MENTAL DURANTE A FORMAÇÃO MÉDICA


Ana Carolina Castro Silva
Kalil Ribeiro Nunes
Yasmin Justine Borges
Jonatha Cajado Menezes e Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0862311018>

CAPÍTULO 972

DESAFIOS SOCIOLÓGICOS PARA A FORMAÇÃO MÉDICA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE


Pedro Augusto Batista Borba
Gabriel Fernandes Pellegrini Cortez
Maria de Fátima Silva Porto
Natália de Fátima Gonçalves Amâncio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0862311019>

CAPÍTULO 10.....82

DIFICULDADE DE PROMOÇÃO DA SAÚDE DOS ACADÊMICOS DE MEDICINA


Victória Franco Silva
Ana Luiza Oliveira Caixeta
Isadora Pelet Ribeiro
Lucas Ribeiro Marques Campos de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.08623110110>

CAPÍTULO 1190


DIFICULDADES ENFRENTADAS NA PROMOÇÃO DE SAÚDE DA POPULAÇÃO TRANS

Juliana Alves Rodrigues
Maria Eduarda Silva Lima Verde Santos
Ana Cecília Cardoso de Sousa
Flávio Rocha Gil

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.08623110111>


CAPÍTULO 12.....97**FORMAÇÃO MECANICISTA NAS ESCOLAS MÉDICAS: UM DESAFIO HISTÓRICO PARA A EFETIVAÇÃO NA PROMOÇÃO EM SAÚDE**

João Danúcio Andrade filho
Rodrigo Henrique Nogueira Mamédio
Maura Regina Guimarães Rabelo
Natália de Fátima Gonçalves Amâncio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.08623110112>


CAPÍTULO 13..... 104**MÉDICO COMO PROMOTOR DE SAÚDE – DA TEORIA À PRÁTICA**

Núbia Santos Nogueira
Samila Carla da Silva Nascimento
Karine Siqueira Cabral Rocha
Élcio Moreira Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.08623110113>


CAPÍTULO 14..... 111**O USO INDISCRIMINADO DE ANTIBACTERIANOS**

Chrystian Silva Pereira
Willian Júnio Rodrigues Mendonca
Ana Paula Nascentes de D. F. Siqueira
Vanessa Pereira Tolentino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.08623110114>

CAPÍTULO 15.....119**ORIENTAÇÕES DA SEXUALIDADE DO ADOLESCENTE NA ATENÇÃO BÁSICA**

Maria Caroline Takahashi dos Santos
Bruna Kasparly
Francis Jardim Silveira
Cátia Aparecida Caixeta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.08623110115>

CAPÍTULO 16..... 126**OS EMBATES ENTRE O SENSO COMUM E A PROMOÇÃO DE SAÚDE**

Rosangela Mayara Ribeiro
Marisa Costa e Peixoto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.08623110116>

CAPÍTULO 17..... 135**TABU NA SEXUALIDADE E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A PROMOÇÃO DE SAÚDE**

Giovana Maria da Silva Santos

Maira Eduarda de Sousa Sgreccia Morais
Paula Marynella Alves Pereira Lima
Francis Jardim Pfeilsticker

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.08623110117>

SOBRE A PREFACIANTE.....	145
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	146

DIFICULDADES ENFRENTADAS NA PROMOÇÃO DE SAÚDE DA POPULAÇÃO TRANS

Data de aceite: 17/11/2022

Juliana Alves Rodrigues

Discente do Curso de Medicina do Centro Universitário de Patos de Minas-UNIPAM, Brasil.

Maria Eduarda Silva Lima Verde Santos

Discente do Curso de Medicina do Centro Universitário de Patos de Minas-UNIPAM, Brasil.

Ana Cecília Cardoso de Sousa

Docente do Curso de Medicina do Centro Universitário de Patos de Minas-UNIPAM, Brasil.

Flávio Rocha Gil

Docente do Curso de Medicina do Centro Universitário de Patos de Minas-UNIPAM, Brasil.

Em 1988, a Constituição Federal, garantiu o acesso universal e integral de todos os cidadãos ao Sistema Único de Saúde (SUS), tornando a saúde um direito primordial de toda a população. É imprescindível que a construção do SUS seja feita a partir de reivindicações de diversos setores sociais, sendo assim,

atendidas as necessidades específicas da sociedade como um todo. Desse modo, é de extrema importância a participação de diversos usuários do SUS para possibilitar uma melhor gestão das políticas públicas voltadas para a saúde, marcadas pelas necessidades reais de cada indivíduo (OLIVEIRA; ROMANINI, 2020).

Segundo o médico Emerson Elias Merphy, o SUS, seria constituído de diversas tensões que o coloca em uma posição de permanentes disputas sociais, pautadas por diferentes temáticas. Historicamente o Brasil é marcado por diversas lutas, com o intuito de diminuir a desigualdade social e a marginalização de uma parcela da população, fazendo com que os diferentes grupos sociais sejam considerados importantes. A população trans ainda está em estado de vulnerabilidade, vítima da marginalização e exclusão social. Essa minoria, enfrenta empecilhos no acesso à saúde, direito fundamental segundo a Carta Magna (OLIVEIRA; ROMANINI, 2020).

A discriminação se evidencia como um desafio no acesso das pessoas trans à saúde, uma vez que os sentimentos de tristeza e angústia frente a esse preconceito dentro do serviço de saúde, repercute no abandono do processo terapêutico e na ínfima busca por centros de saúde quando necessário. A precariedade de informações e a falta de mensurabilidade das adversidades enfrentadas por esse grupo, dificultam o tratamento adequado e efetivo dessa parcela populacional (GOMES et al., 2018).

Todavia, o engrandecimento das ações transformadoras (atendimentos humanizados, difusão de informações sobre a transexualidade, realização de políticas públicas efetivas, capacitação dos profissionais da área da saúde, redirecionamento dos serviços de saúde e assim por diante), é prejudicado devido a complexa estrutura de organização dos sistemas socioculturais, como as noções preconceituosas individuais e grupais sobre o outro e por valores hegemônicos no imaginário coletivo dos sujeitos que deveriam participar ativamente da promoção do acesso e da qualidade dos serviços de saúde para essa população marginalizada (GOMES et al., 2018).

Por fim, certos saberes introdutórios sobre sexo biológico, identidade de gênero, orientação sexual e a sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) são necessários. A não identificação psicossocial com o sexo biológico (determinado como o conjunto de características biológicas apresentadas após o nascimento, levando em consideração a composição corporal, os cromossomos, a genitália, entre outros fatores), define indivíduos como transgêneros. Essa percepção desconcordante, pode acontecer desde a fase infantil até a fase adulta, estando presente nas mais variadas formas de conjunturas sociais. O longo processo de restauração do gênero desses cidadãos abrange várias dimensões, tal como, parentais, jurídicas, psicológicas e físicas (MORAES, 2018; WINTER et al., 2016).

A identidade de gênero, diz respeito à percepção que a pessoa tem dela mesma, como homem ou mulher, como uma mescla dos dois, como nenhum dos dois, ou como uma percepção que transcende os dois; a orientação sexual refere-se à atração que a pessoa sente por outro indivíduo, sendo independente da identidade de gênero; e o acrônimo LGBT ou LGBTTT é utilizado para referir-se à comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais e Travestis. O certame sobre esse movimento progrediu e nos dias atuais a sigla mais aceita é LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros (Transexuais e Travestis), Queer, Intersexos, Assexuais e demais haveres de identidades de gênero e orientações sexuais) (POPADIUK; OLIVEIRA; SIGNORELLI, 2017).

CONTEXTO HISTÓRICO

Os movimentos sociais em defesa dos grupos excluídos historicamente, no final

dos anos 70, demonstram como um dos marcos que inicia a luta LGBT, com o intuito de atender as necessidades específicas desse grupo e assegurar um atendimento médico de qualidade, com uma adequada promoção, prevenção e educação em saúde, devido a epidemia de AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Humana), que resultou no estigma da íntima relação dessa enfermidade com a sexualidade. Nesse sentido, essas lutas civis procuram garantir uma visão mais abrangente da saúde desse grupo, como um modo de demonstrar a importância do contexto no qual o indivíduo está inserido com o seu processo de saúde e doença, uma vez que o conceito de saúde não abrange somente os aspectos biológicos que norteiam uma população (POPADIUK; OLIVEIRA; SIGNORELLI, 2017).

A luta pelos direitos e pela visibilidade social da população transexual no Brasil, fomentou a criação de políticas afirmativas que melhor promovessem o reconhecimento da cidadania dessa população, o que possibilitou ações governamentais voltadas para um cuidado mais integral e para a regulamentação das diretrizes que norteiam o processo transexualizador. Embora essas normas tenham demonstrado importância no reconhecimento da população LGBT como sujeito social, a efetivação dessas medidas não ocorre de modo satisfatório devido ao estigma relacionado a esse grupo (JESUS; RADL-PHILIPP, 2019).

A prevalência da lógica binária na sociedade e no Estado, a qual utiliza de conceitos biológicos para definir os gêneros, masculino e feminino, como únicos e universais, faz com que não haja uma garantia da eficácia do atendimento das necessidades específicas da população trans, uma vez que sua identidade é constantemente invisibilizada. Diante dessa recusa de legitimar as identidades que não se adequam a essa binaridade, os meios sociais e políticos, atuam como violador da integridade física e simbólica na construção subjetiva da individualidade das pessoas trans (GUTIERRES; LORDELLO, 2020).

Desse modo, a discriminação sofrida por esse grupo nos serviços de saúde, dificulta o acesso dessa população a assistência médica e promove a pouca permanência nos projetos terapêuticos, contribuindo, assim, para uma maior vulnerabilidade a diversas doenças, haja vista que essa parcela populacional possui uma combinação de fatores de risco, como: transformações corporais sem assistência médica adequada, violência e estigma. Concomitante a isso, a formação deficitária dos profissionais de saúde, repercute em um atendimento pouco humanizado dessa população e ao não respeito às identidades de gênero, o que contribui para um acesso precário e não integral aos serviços de saúde (MONTEIRO; BRIGEIRO, 2019).

DISSERTAÇÃO SOBRE TRANSGENERIDADE E SUAS DERIVAÇÕES

O guia técnico escrito pela autora transgênero Jaqueline de Jesus (2012), denominado

Orientações Sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos, estabelece o significado de transgeneridade e os vocábulos provenientes dessa palavra. Segundo ela, adotando-se a variedade de maneiras de se vivenciar o gênero, duas percepções cabem no universo transgênero, na qualidade de enunciações diversas da condição. O gênero pode ser vivenciado como identidade (o que designa transexuais e travestis) e como funcionalidade (retratado por *crossdressers*, *drag queens*, *drag kings* e transformistas). Existem ainda, as pessoas que não se identificam com nenhum gênero. No Brasil, ainda não se estabeleceu um acordo de como designá-las. Há, portanto, a utilização de vários termos, como *queer*, andrógino (denominação antiga) ou ainda o reuso da palavra transgênero (FERNANDES; BORGES; LÔBO, 2017).

O termo transgênero está em contraste com o termo cisgênero, o qual caracteriza seres humanos que se identificam com o gênero de nascença. A transexualidade é estabelecida pela identificação com o gênero contrário ao socialmente atribuído, não dependendo, portanto, das modificações corporais realizadas dentro desse âmbito. Atualmente, alguns cidadãos que fazem uso do termo travesti, constantemente estão se referindo a transexuais. A travestilidade, retrata as pessoas que possuem atribuições socioculturais do gênero feminino (à vista disso, devem sempre serem tratadas por pronomes femininos), porém não se percebem como homens ou como mulheres, mas, sim como pessoas inseridas em um outro gênero ou um não gênero. De modo final, os termos *Queer* ou Andrógino ou Transgênero são termos não admitidos, os quais fazem menção ao indivíduo que não se encaixa em nenhuma identidade de gênero (FERNANDES; BORGES; LÔBO, 2017).

Em consideração aos expostos supracitados, o debate sobre o que é gênero, faz-se de suma importância para que possamos desmitificar a convicção supremacista acerca das identidades de gênero e as sexualidades trans. A agremiação entre feminilidade e masculinidade não é óbvia. Existe um debate sociocultural no que diz respeito a quem pode ser acolhido ou não como homem e como mulher de verdade. Conseqüentemente, a concretização dessa disputa reverbera seus efeitos negativos nas mais diversas políticas públicas, principalmente aquelas voltadas para a saúde. Nesse sentido, homens e mulheres trans, com suas individualidades, necessitam que o Estado e os serviços de saúde pública forneçam um tratamento equânime, com assistência especializada e que atendam todas as suas necessidades, tanto físicas quanto psíquicas, além dos demais vieses, culturais, econômicos, políticos e sociais (ROCON et al., 2018).

FORMAÇÃO MÉDICA DEFICITÁRIA

Universalidade, Integralidade e Equidade. De acordo com os princípios doutrinários

do Sistema Único de Saúde, o direito à saúde deveria ser amplo e integral, atendendo e identificando as necessidades dos grupos mais vulneráveis. Nesse contexto, com o intuito de dirimir a discriminação e o preconceito sofridos institucionalmente dentro dos centros de saúde e consolidar o Sistema Único de Saúde como universal, integral e igualitário, instituiu-se pela portaria 2.836, de 1 dezembro de 2011, A Política Nacional de Saúde voltada para Lésbicas, Bissexuais, Gays, Transexuais e Travestis (QUERINO et al., 2017).

Em contrapartida, o tabu fortemente enraizado na cultura brasileira influencia diretamente a conduta e a postura dos profissionais de saúde diante da população transexual. Concomitante a isso, a formação médica deficitária, contribui de forma exacerbada para o atendimento discriminatório e para uma conduta terapêutica preconceituosa, o que afasta esse grupo invisibilizado dos centros de saúde, aumentando assim, os índices de automedicação e falta de cuidados preventivos (CAMPOS et al., 2021).

Na formação médica, apesar de apresentar uma grade curricular extensa, no que concerne a temática sexualidade há a predominância dos aspectos biológicos e das patologias relacionadas à prática sexual, sendo escassa as abordagens relacionadas a identidades de gênero e orientação sexual, o que gera um impacto negativo sobre a qualidade da atenção prestada para a população LGBT, haja vista que os profissionais de saúde são preparados para atender majoritariamente indivíduos cisgêneros e heterossexuais (LORIA et al., 2019).

Ademais, o médico, muitas vezes torna-se reprodutor dos preceitos de binaridade presentes no âmbito social, o que o leva a direcionar a anamnese de forma errônea, pressupondo patologias com base nos preconceitos vigentes na sociedade, tornando, assim, a consulta ineficaz. Segundo Michel Foucault, a sexualidade está associada às ferramentas de poder e saber, os quais estão intrínsecos. Nesse ínterim, a prática clínica e a formação dos profissionais de saúde estão muito relacionadas aos conceitos fundamentados na binaridade que regula a sexualidade e subjetividade dos indivíduos (CAMPOS et al., 2020; CARVALHO; OLIVEIRA, 2018).

ATENDIMENTO HUMANIZADO AO PACIENTE TRANSEXUAL

Desde o princípio – há milhares de anos – até os dias atuais, o ensino da Medicina tem sido definido pela frequente mutação curricular, baseada no contexto histórico-social vivido no mundo, com o acolhimento de visões mais críticas, humanistas e reflexivas, com o intuito de capacitar o profissional para que ele promova a saúde do ser humano de forma integral (CAMPELO; PERES, 2018).

Porém, a atual conjuntura social está estruturada sobre colunas heteronormativas e machistas, repleta de desigualdades e preconceitos. Desse modo, os grupos minoritários,

especialmente, os transexuais, são marginalizados há anos, tendo assim, diversos direitos lesados, como o direito à saúde previsto no artigo 196 da Constituição Federal Brasileira (CAMPELO; PERES, 2018).

Ao versar sobre a assistência em saúde, o médico necessita ser conhecedor de seu cargo social, desprendido de todo e qualquer preconceito e repleto do impulso de favorecer a consolidação dos direitos dessas minorias. Por isso, é imprescindível pautar as ações médicas em gestos que tornem o atendimento mais humanizado, a exemplo, o correto uso dos pronomes de tratamento e do nome social, com o intuito de não causar constrangimento ao paciente (SILVA et al., 2017).

Para mais, faz-se necessário ampliar a quantidade de atendimentos dos complexos de saúde (privados e públicos) às pessoas transgêneros, realizados de maneira integralizada por equipes interprofissionais compostas por especialistas capacitados para fornecer atendimento a esta população específica. Ainda, é de suma importância expandir a flexibilidade de cirurgias para implante de prótese mamária, apropriadas ao uso humano, tal como de cirurgias para redesignação de gênero e universalizar o tratamento humanizado e seguro com hormônios (ROCON et al., 2016).

Um viés de atendimento humanizado que as diversas instituições de saúde devem seguir, ocorreu no Hospital e Maternidade Amparo Maternal, em São Paulo, onde Roberto Bête, 32 anos, homem trans, casado com Erika Fernandes, mulher trans, deu a luz ao seu filho Noah Fernandes Bête, após 12 (doze) horas de trabalho de parto, no dia 10 de maio de 2022 às 13:12h. Posterior ao ocorrido, Roberto publicou em sua rede social (*Instagram*) um agradecimento ao hospital, relatando que foi a melhor experiência que ele poderia ter (ROCON et al., 2016).

Em síntese, o vínculo médico-paciente é essencial para o aperfeiçoamento das consultas das pessoas transgênero, uma vez que esta é encarregada de fornecer acolhimento, dignidade e respeito a essa minoria. Aos profissionais de saúde, vale ressaltar a importância da realização de um atendimento humanizado, ausente de preconceitos. Por consequência, será garantido às minorias sexuais e de gênero o cumprimento dos seus direitos (ROCON et al., 2016).


REFERÊNCIAS

CAMPELO, R. R.; PERES, E. D. M. Análise do atendimento humanizado no SUS aos transexuais. *Revista Científica do Instituto Ideia*, n. 1, p. 83-96, 2018.

CAMPOS, A. G. de O. et al. Prejudice and discrimination suffered by transgender persons in health services: Integrative literature review. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 5, e26510514590, 2021.

- CAMPOS, A. L. D. O et al. Relação Médico Paciente: os desafios na inclusão de pessoas transgênero e transexuais no SUS. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, v. 9, n. 12, e27791210973, 2020.
- CORTES, H. M. A transgeneridade feminina e os processos de mudanças corporais. *Journal of Nursing and Health*, v. 8, n. 2, 2018.
- CARVALHO, G. P.; OLIVEIRA, A. S. Q. D. Discurso, poder e sexualidade em Foucault. *Revista OFFLINE*, n. 11, 2018
- FERNANDES, L. A. B.; BORGES, A. A. C.; LÔBO, R. P. B. Travestilidade às avessas – a desconstrução de uma “paródia” identitária. *Estudos Feministas*, v. 25, n. 2, p. 473-494, 2017.
- GOMES, S. M. et al. O SUS fora do armário: concepções de gestores municipais de saúde sobre a população LGBT. *Saúde e Sociedade*, v. 27, p. 1120-1133, 2018.
- GUTIERRES, S. M.; LORDELLO, S. R. Promoção da saúde com transexuais e travestis: uma revisão sistemática de literatura. *Revista Psicologia Política*, v. 20, n. 47, p. 165-177, 2020.
- LORIA, G. B. et al. Saúde da população LGBT+ no contexto da atenção primária em saúde: relato de oficina realizada no internato integrado de Medicina de Família e Comunidade/Saúde Mental em uma universidade pública. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, v. 14, n. 41, p. 1807-1807, 2019.
- MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M. Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, 2019.
- OLIVEIRA, I.; ROMANINI, M. (Re)escrevendo roteiros (in)visíveis: a trajetória de mulheres transgênero nas políticas públicas de saúde. *Saúde e Sociedade*, v. 29, n. 1, 2020.
- POPADIUK, G. S.; OLIVEIRA, D. C.; SIGNORELLI, M. C. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, p. 1509-1520, 2017.
- QUERINO M.S. et al. Ações da equipe de enfermagem na implementação da política de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - revisão de literatura. *Revista de Divulgação Científica Sena Aires*, v. 6, n. 1, p. 46-58, 2017.
- ROCON, P. C. et al. O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde?. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 22, p. 43-53, 2017.
- SILVA, L. K. M. D.; SILVA, A. L. M. A. D.; COELHO, A. A.; MARTINIANO, C. S. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 27, n. 3, p. 835-846, 2017.
- WINTER, S. et al. Transgender people: health at the margins of society. *The Lancet*, v. 388, n. 10042, p. 390-400, 2016.

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



A FORMAÇÃO MÉDICA E OS DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO DE SAÚDE

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



A FORMAÇÃO MÉDICA E OS DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO DE SAÚDE